



Informação nº 015/2023 – STI

Brasília, 24 de outubro de 2023.

Processo nº 00600-00000747/2023-94-e

Assunto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de estações de trabalhos completas do Tipo I (mini desktops) e do Tipo II (workstation), contemplando garantia on site de 60 (sessenta) meses, bem como fones de ouvido do tipo over ear, conforme especificações técnicas, para atendimento de demandas internas do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).
Despacho SELIP e-DOC.: E3B37537-e: pedidos de esclarecimentos e pedido de impugnação.

Senhora Pregoeira,

Trata-se do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15/2023 (edital constante na peça nº 48, e-DOC.: 37D69704-e), cujo objeto diz respeito à contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de estações de trabalhos e notebooks, contemplando garantia on site de 60 (sessenta) meses, bem como fones de ouvido do tipo over-ear, e bolsas de transporte para notebooks, ambos com garantia on site de 12 meses, para atendimento de demandas internas do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

Em resposta ao Despacho SELIP constante na peça de nº 57, e-DOC.: E3B37537-e, que encaminhou a esta Secretaria de Tecnologia da Informação os pedidos de esclarecimento constantes nas peças de nº 53, 54 e 55 e pedido de impugnação contante na peça de nº 56, apresenta-se abaixo as análises dos pontos questionados:

PEÇA nº 53

Pergunta 01 – A respeito das mídias de instalação dos sistemas operacionais:



Em consonância com a preocupação global de redução de resíduos, os nossos equipamentos têm por padrão:

a. Disponibilidade, dentro de uma área restrita no site da fabricante, da imagem ISO de reinstalação/recuperação do Sistema Operacional Windows, aplicativos e drivers dos dispositivos, acessados através do número de série do equipamento.

b. Partição oculta no disco rígido contendo a imagem de reinstalação/recuperação do Sistema Operacional Windows.

Esta medida tem como objetivo a redução de resíduos após o uso eventual das mídias, já que todos os programas saem pré-instalados e pré-configurados de fábrica, e podem ser reinstalados/recuperados a qualquer momento através das ferramentas acima. Dessa forma, entendemos que a disponibilização das ferramentas acima, por se tratar de mídia eletrônica, atende plenamente às necessidades deste órgão bem como dos usuários do equipamento, sendo, portanto, suficiente para atendimento à especificação de mídias para reinstalação. Nosso entendimento está correto?

Não estando de acordo com o entendimento acima, e considerando que, via de regra, o órgão possui um Setor Central de Tecnologia ou Informática, para manutenção dos equipamentos, entendemos que podemos fornecer 05 (cinco) mídias para cada lote adquirido, ou 01 (uma) mídia para cada equipamento em caso de lotes inferiores a 05 (cinco) unidades, assegurando ainda que, caso no decorrer da garantia dos equipamentos seja necessário o envio de mídias complementares, o faremos sem custo adicional. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA STI:

O entendimento está correto. Não são exigidas mídias físicas, sendo solicitadas apenas as licenças do Sistema Operacional e o desenvolvimento de uma imagem juntamente com os técnicos do Tribunal para serem aplicadas aos computadores, conforme o item 3.1.1.14.1 do Edital.

3.1.1.14.1. 01 (um) Microsoft Windows 11 Professional – 64 bits, OEM em português, com sua respectiva licença de uso para cada unidade fornecida. A CONTRATADA



deverá realizar o desenvolvimento da imagem junto com os técnicos desta entidade pública e deverá ser replicada em todos os equipamentos.

Pergunta 02 – No quesito GARANTIA, determina o seguinte:

“CAPÍTULO I – DO OBJETO 1.1 O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de estações de trabalhos e notebooks, contemplando garantia on site de 60 (sessenta) meses.”.

Neste sentido, esclarecemos que a Intel e a AMD, fabricantes dos processadores especificados, lançam famílias de processadores e chipsets a cada ano. Desta forma, o equipamento fabricado no final de 2015 terá um processador diferente do fabricado no final de 2016, que terá um processador diferente ao final de 2017, e assim sucessivamente. Junto às famílias de processadores são atualizados, também, os chipsets e, eventualmente, os padrões de interfaces de HDs, de memórias etc. Desta forma, em nosso entendimento, a solicitação de garantia de 60 (sessenta) meses para os equipamentos, apesar de cada vez mais comum nos Editais, na realidade, não traz benefícios ao órgão comprador. Via de regra, ao final de 60 (sessenta) meses o equipamento já se encontra desatualizado e com um alto grau de obsolescência, gerando desconforto ao servidor e, em última análise, baixa produtividade do mesmo. Assim, a Administração acaba pagando por uma garantia que, se usada, poderá trazer prejuízos maiores ao serviço público. Sugerimos, portanto, a alteração do período de garantia para 48 (quarenta e oito) meses.

RESPOSTA STI:

O entendimento está incorreto. O prazo de 60 meses estabelecido no Edital encontra-se dentro do tempo que os técnicos do Tribunal entendem como razoável para a vida útil dos computadores da Corte. Apesar das necessidades tecnológicas aumentarem com o tempo, exigindo-se mais poder computacional, um computador com 5 anos de uso que possua um bom poder computacional ainda pode atender as necessidades do ambiente.



Pergunta 03 – Quanto à exigência por declaração do fabricante com Tradução Juramentada e **Pergunta 04** - No quesito da Nota Fiscal: Questões Administrativas que fogem da alçada da STI.

PEÇA nº 54

QUESTIONAMENTO 01: Sistema operacional – ITENS 01 E 05.

Considerando: A imprescindibilidade do pleno funcionamento do processo de restauração do sistema operacional ao seu estado de fornecimento; A importância e necessidade de plena compatibilidade dos drivers e instalações de softwares disponíveis no site do fabricante com o sistema operacional instalado nos equipamentos; A comercialização de licenças de sistema operacional Microsoft Windows 10 e 11 Professional no mercado, em larga oferta, e nas mais variadas condições; Que a prática do uso de software pirata ou conteúdo não legalizado, é um crime previsto na Lei 9.609 / 1998 que protege a propriedade intelectual no Brasil e prevê multa de até 10 vezes o valor original por licença do software. Há ainda outros processos administrativos e judiciais que podem ser movidos contra o usuário do software e conteúdo não legalizado, incluindo as penalizações previstas Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)- nº 13.709/2018.

Entendemos que os equipamentos deverão conter licenças originais do sistema operacional Microsoft Windows 10 ou 11 Professional 64 bits instaladas de fábrica pelo próprio fabricante dos computadores. Para garantia de que os equipamentos serão fornecidos com licenças oficiais do sistema operacional exigido, originais de fábrica, entendemos que deverão ser realizadas diligências diretamente à Microsoft e ao fabricante dos equipamentos. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA STI:

O entendimento está parcialmente correto. São exigidas licenças OEM do Windows 11 Profissional 64 bits, em português. Tais licenças devem ser originais, ativadas e devem funcionar de modo perpétuo.



QUESTIONAMENTO 02: MEMORIA DDR5 – ITEM 05

No edital foi solicitado para o item 05 memoria DDR5, entendemos que devida a economicidade e maior oferta de mercado, visando atender de melhor maneira ao órgão, será aceito equipamento com memoria na mesma capacidade no modelo DDR4?

RESPOSTA STI:

O entendimento está incorreto. A memória fornecida deve ser DDR5, conforme estabelece o item 3.1.3.1.3 do Edital.

3.1.3.1.3. 16 Gb de memória RAM DDR5;

QUESTIONAMENTO 03: PROCESSADOR – ITEM 01

Atualmente existem dois fabricantes de processadores para computadores/notebooks, que são as empresas AMD e INTEL. Ambos desenvolvem seus produtos com arquitetura própria, o que torna inapropriado comparar um modelo com outro, considerando apenas as especificações do produto. Sendo assim, entendemos que serão aceitos processadores tanto da fabricante AMD quanto da INTEL evitando assim impugnações e/ou representações junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal por direcionamento de marca. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, por gentileza, esclarecer à luz de critérios técnicos e jurídicos.

RESPOSTA STI:

O entendimento está correto, desde que atendidas as especificações presentes no item 3.1.3.1.1 do Edital.

3.1.3.1.1. possuir processador Intel Core i5 ou i7 de 12ª Geração ou AMD Ryzen 5 ou 7 da série 5000 ou superior;

PEÇA nº 55

No Anexo I ao Edital – Termo de Referência – item 3.1.1.9.6, é exigido monitor com 2 (duas) portas USB 3.1 localizadas na lateral do equipamento ou parte inferior (borda de



baixo da tela) do equipamento. Nossos equipamentos possuem 3 (três) portas USB na parte traseira (vide figura abaixo), uma vez que, tornam-se mais ergonômicas, inclusive entregando uma solução onde é possível uma melhor organização dos cabos, e que a funcionalidade e usabilidade das portas USB será mantida. No intuito de ampliar a disputa para que a HP possa participar do certame, entendemos que serão aceitos monitores com portas USB localizadas na parte traseira do monitor. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA STI:

O entendimento está parcialmente correto. É exigido que o monitor possua 2 portas USB na parte lateral OU na borda inferior da tela, conforme o item 3.1.1.9.6 do Edital:

3.1.1.9.6. Conectores: 1 (um) HDMI (digital), 1 (um) DisplayPort e 1 (um) VGA (DB15) análogo e 2 (duas) porta USB 3.1 localizadas na lateral do equipamento ou parte inferior (borda de baixo da tela) do equipamento;

Não são levadas em consideração a quantidade de portas totais USB em outras posições que o monitor possua, exigindo-se apenas duas portas laterais ou na borda inferior.

PEÇA nº 56

DOS FATOS E FUNDAMENTOS 1. Inicialmente, a Recorrente solicita, com a devida vênia, que seja alterada as seguintes exigências referentes as certificações exigidas no Edital para os Microcomputadores, além da exigência do monitor ser do mesmo fabricante:

A. EPEAT “EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool), da agência de proteção ambiental (EPA), com certificado SILVER ou superior”. (...)

Portanto, considerando que existem outras certificações nacionais de rotulagem ambiental reconhecidas pelo INMETRO, e que são equivalentes ao EPEAT, se faz necessária a alteração do Edital para incluir essas certificações, conforme sugestão abaixo:

EPEAT SILVER ou possuir certificado Rótulo Ecológico da ABNT”



RESPOSTA STI:

O entendimento está correto. Conforme apresentado no documento, a EPEAT é uma certificação ambiental, baseada na norma técnica IEEE1680, sendo emitida por uma entidade internacional. No Brasil, há a certificação de Rótulo Ecológico emitida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), membro completo (full member) da GEN (Global Ecolabelling Network), para os computadores fabricados exclusivamente no país. E, assim como o EPEAT, o Rótulo Ecológico da ABNT também é baseado na norma técnica IEEE 1680, além de ser acreditado pelo INMETRO.

Portanto, considerando que existem outras certificações nacionais de rotulagem ambiental reconhecidas pelo INMETRO, e que são equivalentes ao EPEAT, se faz necessária a alteração do Edital para incluir essas certificações, conforme abaixo:

EPEAT SILVER ou possuir certificado Rótulo Ecológico da ABNT

Diante dos esclarecimentos apresentados acima, encaminha-se a presente Informação à Pregoeira.

À consideração,

(Assinado Digitalmente)

ALESSANDRO SALOMÃO GONÇALVES
Membro da equipe de apoio da contratação

(Assinado Digitalmente)

FÁBIO PINA MARQUES DE SOUSA
Secretário da STI
Membro da equipe de apoio da contratação